**Ofício de n. 077/2021.**

 Nova Iguaçu de Goiás/GO, 26 de abril de 2021.

Ao Excelentíssimo Senhor

JOSE RIBEIRO DE ARAUJO

DD. Prefeito Municipal de Nova Iguaçu de Goiás-Go

Nest

 O Secretário Municipal de Administração, em vista da necessidade da Administração Municipal de Nova Iguaçu de Goiás/GO, vem solicitar deste Executivo autorização para elaborar processo licitatório modalidade PREGÃO PRESENCIAL para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA RESPONSÁVEL PELA REORGANIZAÇÃO, E REORDENAÇÃO E AMBIENTAÇÃO DOS ESPAÇOS URBANOS.**

 Solicito autorização para proceder ao procedimento de PREGÃO PRESENCIAL do processo licitatório, que será regida pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações posteriores e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

 Atenciosamente,

WANDER JONY DE SOUZA OLIVEIRA

SECRETARIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

**DESPACHO**

Natureza: Solicitação de **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA RESPONSÁVEL PELA REORGANIZAÇÃO, E REORDENAÇÃO E AMBIENTAÇÃO DOS ESPAÇOS URBANOS.**

 De posse da solicitação apresentada pelo Secretário Municipal de Administração de Nova Iguaçu de Goiás-Go, determino a abertura do processo administrativo modalidade PREGÃO PRESENCIAL de licitação para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA RESPONSÁVEL PELA REORGANIZAÇÃO, E REORDENAÇÃO E AMBIENTAÇÃO DOS ESPAÇOS URBANOS.**

 Cumpra-se.

 Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Iguaçu de Goiás, aos 26 dias do mês de abril de 2021.

JOSE RIBEIRO DE ARAUJO

**Prefeito do Município de Nova Iguaçu de Goiás/GO**

**CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO**

Certifico para devidos fins que o processo de modalidade PREGÃO PRESENCIAL, para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA RESPONSÁVEL PELA REORGANIZAÇÃO, E REORDENAÇÃO E AMBIENTAÇÃO DOS ESPAÇOS URBANOS,** firmado em 26 (quinze) de abril, foi publicado no placar da Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu de Goiás-Go.

Nova Iguaçu de Goiás, Go, 26 de abril de 2021.

**WANDER JONY DE SOUZA OLIVEIRA**

**Secretário Municipal de Administração**

**EDITAL DE PREGÃO N. 011/2021**

**PREÂMBULO:**

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL n°. 011/2021**

**DATA DA REALIZAÇÃO** **31/05/2021**

**HORÁRIO: a partir das 15:00 horas**

**LOCAL: Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu de Goiás – estado de Goiás, com sede na Rua Tiradentes n. 45, Centro, Nova Iguaçu de Goiás.**

**A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE** **NOVA IGUAÇU DE GOIÁS**, instalada em sua sede administrativa, localizada na Rua Tiradentes - centro, em Nova Iguaçu de Goiás, Estado de Goiás, comunica que às 15:00 horas, do dia 31 de abril de 2021, estará promovendo a **LICITAÇÃO**, modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, tipo menor preço, por lote, para o que formula a presente solicitação, a fim de que seja apresentada proposta, conforme condições deste Edital e disposições da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

**I. DO OBJETO**

* 1. A presente licitação, na modalidade Pregão Presencial, tipo MENOR PREÇO POR ITEM DE LOTE, objetiva a escolha da proposta mais vantajosa visando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA RESPONSÁVEL PELA REORGANIZAÇÃO, E REORDENAÇÃO E AMBIENTAÇÃO DOS ESPAÇOS URBANOS**, conforme planilha abaixo:

**II. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

2.1. Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, que preencherem as condições constantes deste edital.

2.2. As licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, sendo que o Município de Nova de Iguaçu de Goiás não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

2.3. A participação na licitação implica, automaticamente, na aceitação integral dos termos deste Edital e seus Anexos e leis aplicáveis.

2.4. Os documentos exigidos deverão ser apresentados em original ou publicação em órgão da imprensa oficial ou por qualquer processo de cópia autenticada ou poderão ser autenticados pelo pregoeiro, mediante apresentação do original.

2.5. Só terão direito de usar a palavra, rubricar as documentações, propostas, apresentar reclamações ou recursos e assinar as Atas os licitantes credenciados, o Pregoeiro e os membros da Equipe de Apoio.

2.6. É vedada a participação de empresas:

2.6.1. Concordatária ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

2.6.2. Que tenha(m) sido declarada(s) inidônea(s) pela Administração Pública e, caso participe do processo licitatório, estará(ao) sujeita(s) às penalidades previstas no Art. 97, parágrafo Único da Lei Federal 8.666/93;

2.6.3. Que esteja reunida em consórcio ou coligação;

2.6.4. Cujos sócios ou diretores pertençam, simultaneamente, a mais de uma firma licitante.

2.7. Não poderá participar direta ou indiretamente da Licitação, servidor dirigente da Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu de Goiás - GO, bem como as empresas cujos sócios, administradores, empregados, controladores sejam servidores da mesma.

2.8. Que não possua veículo com menos de 10 (dez) anos de fabricação, o qual será utilizado no transporte dos estudantes.

**III – DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO**

3.1No dia, horário e local designados para recebimento dos envelopes, a Licitante deverá apresentar um representante para credenciamento, sendo recomendável sua presença com 15 (quinze) minutos de antecedência em relação ao horário previsto para a sua abertura da seguinte forma:

3.1.1 - Se por seu titular, diretor, sócio ou gerente, munido de cópia do Estatuto Social ou Contrato Social devidamente registrado e que lhe confira poderes expressos para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, devendo identificar-se, exibindo a carteira de identidade ou outro documento equivalente;

3.1.2 - Se por outra pessoa, devidamente munida por instrumento particular de procuração com assinatura reconhecida em cartório, devidamente acompanhada da fotocópia do Contrato Social da empresa, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da representada, devendo identificar-se, exibindo a carteira de identidade ou outro documento equivalente.

3.2. Todas as licitantes deverão apresentar ou assinar perante a Equipe de Apoio, antes da entrega dos envelopes, a Carta de Credenciamento e a Declaração – Anexos II e IV, respectivamente. A ausência da declaração ou recusa em assiná-la, constitui motivo para a exclusão da Licitante do certame.

3.3. Somente as Licitantes que atenderem aos requisitos do item 3.2. deste, terão poderes para formular verbalmente, na sessão, novas propostas e lances de preços, manifestar após a declaração do vencedor, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer contra decisões do Pregoeiro, assinar a ata onde estará registrado o valor final decorrente dos lances e praticar todos os demais atos inerentes ao certame em nome da Proponente. A Licitante que se retirar antes do término da sessão considerar-se-á que tenha renunciado ao direito de oferecer lances e recorrer dos atos do Pregoeiro.

3.4. Declarado encerrado o procedimento de credenciamento, não mais será admitida a participação de outras Proponentes.

3.5 O interessado poderá trazer o arquivo gravado em CD com a planilha de credenciamento devidamente preenchido.

**IV. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES**

4.1. As Proponentes deverão entregar o envelope proposta e o de documentação, devidamente fechados de forma indevassável, contendo as páginas numeradas, com os dizeres na parte externa e frontal:

NOME DA EMPRESA

ENVELOPE Nº. 02

MUNICIPIO DE NOVA IGUAÇU DE GOIÁS

PREGÃO Nº. 011/2021

PROPOSTA DE PREÇOS

NOME DA EMPRESA

ENVELOPE Nº. 02

MUNICIPIO DE NOVA IGUAÇU DE GOIÁS

PREGÃO Nº 011/2021

DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

**V. DOS ENVELOPES “PROPOSTAS DE PREÇOS”**

5.1. No Envelope, “Proposta de Preços” constará a carta-proposta, bem como, o prazo de entrega, a qual deverá ainda:

5.1.1. Ser editadas, preferencialmente, em 02 (duas) vias, impressas em papel timbrado ou gravadas em mídia digital (CD), tudo em língua portuguesa, com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada, assinada e rubricadas todas as folhas pelo representante legal da Proponente, com preços expressos em moeda corrente nacional, utilizando apenas duas casas decimais após a vírgula (Lei Federal nº 9.069/95), em algarismo (unitário e total). A planilha da proposta, deverá ser gravada em mídia digital (CD), de acordo com modelo anexo, devidamente preenchida com os valores dos itens (dentro do envelope da proposta). No preço ofertado deverão estar incluídas todas as despesas que incidam ou venham a incidir tais como, fretes, impostos, taxas, encargos enfim, todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto ora licitado, inclusive os decorrentes de troca de serviço dentro do prazo de garantia, se for o caso, devendo tais propostas serem apresentadas para cada lote de forma individualizada.

a) As Propostas que atenderem aos requisitos do Edital e seus Anexos serão verificados quanto a erros, os quais serão corrigidos pelo Pregoeiro da forma seguinte:

a1.) Discrepância entre valor grafado em algarismos e por extenso: prevalecerá o valor por extenso;

a.2.) Erros de transcrição das quantidades previstas: o item será corrigido, mantendo-se o preço unitário e corrigindo-se a quantidade e o preço total;

a.3.) Erro de multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente: será retificado, mantendo-se o preço unitário e a quantidade e corrigindo-se o total;

a.4.) Erro de adição: será retificado, considerando-se as parcelas corretas e retificando-se a soma.

b) O valor total da proposta será ajustado pelo Pregoeiro em conformidade com os procedimentos acima para correção de erros. O valor resultante constituirá o total a ser pago.

5.1.2. Indicar a razão social da Proponente, endereço completo (rua/avenida, número, bairro, cidade, CEP, UF), telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), mencionando o Banco com números da conta corrente e da Agência no qual serão depositados os pagamentos se a Licitante se sagrar vencedora do certame, bem como, a qualificação do representante da Licitante, para fins de assinatura do contrato, quando for o caso.

5.1.3. A validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias contados da data de abertura do envelope “proposta”.

 5.1.5. A centésima parte do Real, denominada “centavos”, será escrita sob a forma decimal, precedida da vírgula que segue a unidade, nos termos da Lei 9.069, art. 1º, § 2º, de 29 de junho de 1995.

 5.1.6. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos na proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer outro título, devendo o serviço ser fornecido sem ônus adicionais.

5.2**.** Os preços deverão ser apresentados com a inclusão de todos os tributos.

**VI. DO ENVELOPE “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”**

6.1. A licitante deverá apresentar dentro do ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO, a seguinte documentação, encaminhada através de Carta de Apresentação de Documentação, Anexo III:

a.) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede da Licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;

b.) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do Ministério da Fazenda;

c.) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal através de Certidão emitida relativa à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Certidão expedida pela Delegacia da Receita Federal, ambas da unidade da federação onde a empresa licitante tem a sua sede;

d.) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, através de Certidão expedida pela Secretaria da Fazenda ou equivalente da unidade da federação onde a licitante tem sua sede;

e.) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através de Certidão expedida pela Secretaria de Finanças do Município ou equivalente onde a licitante tem sua sede;

f.) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei; e Prova de inexistência de débito trabalhista, por meio de certidão expedida pela justiça do trabalho.

g.) Declaração de que a Licitante atende ao requisito do Inciso XXXIII, do Artigo 7º da Constituição Federal, modelo do Anexo V;

6.2. – Os documentos extraídos por via INTERNET terão seus dados conferidos pela Equipe de Apoio perante o site correspondente.

6.3. - Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

6.4. - Se a documentação de habilitação não estiver de acordo com as exigências editalícias ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, o Pregoeiro considerará a Proponente inabilitada, quando não for possível suprir a falha em tempo hábil.

6.5. - Documentos apresentados com a validade expirada, acarretarão a inabilitação do Proponente. As certidões que não possuírem prazo de validade, somente serão aceitas com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias.

**VII. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL**

7.1 - Decairá do direito de solicitar esclarecimento ou providência e de impugnar o Edital, aquele que não o fizer até 02 (dois) dias úteis antes da data de abertura da sessão do Pregão. Cabendo ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

 7.2 – Acolhida à petição contra o Edital, será designada nova data para a realização do certame.

**VIII. DA SESSÃO DO PREGÃO**

8.1 – O Pregoeiro declarará aberta a sessão iniciando-se a fase de credenciamento, conforme Item 3 deste.

8.2 – Estando de posse da relação das Licitantes credenciadas, o Pregoeiro fará divulgação verbal dos interessados, sendo que, as Proponentes credenciadas poderão ofertar lances durante a sessão do pregão, dando-se início ao recebimento dos envelopes “Proposta de Preços” e “Documentos de Habilitação”.

8.3 - Abertos os envelopes contendo as propostas de preços, serão feitas as suas conferências, análises de suas conformidades com as exigências do Edital e posterior rubrica pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e Licitantes.

8.4 - Cumprido o Item 5.1, serão desclassificadas as propostas que:

1. Forem elaboradas em desacordo com as exigências do Edital e seus Anexos;

b) apresentarem preços totais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, excessivos ou manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação comprovando que os custos são coerentes com os de mercado;

c) apresentarem proposta alternativa, tendo como opção de preço ou marca, ou oferta de vantagem baseada na proposta das demais licitantes.

8.5 – Para fins de classificação das propostas, será considerado o preço global.

8.6 – O Pregoeiro procederá à classificação da proposta de menor preço e aquelas que tenham valores sucessivos e superiores em até 10 % (dez por cento), relativamente à de menor preço global, para participarem dos lances verbais. Na hipótese de haver propostas com o mesmo valor, estas serão consideradas uma única proposta.

8.7 - Caso não haja pelo menos três propostas nas condições definidas no item 8.6, serão classificadas as propostas subsequentes que apresentarem o menor preço por item, até o máximo de três, já incluída a de menor preço, qualquer que tenham sido os valores oferecidos.

8.8 – Na ocorrência de empate dentre as classificadas para participarem dos lances verbais conforme itens 8.6 e 8.7., a ordem para esses lances será definida através de sorteio. Às Licitantes proclamadas classificadas, será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, em relação à de menor preço, iniciando-se pelo autor da proposta de maior valor.

8.9 – A cada nova rodada será efetivada a classificação momentânea das propostas, o que definirá a sequência dos lances seguintes.

8.10 - O lance sempre deverá ser inferior ao anterior ou da proposta de menor preço.

8.11 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão da Licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço por ela apresentado, para efeito de ordenação das propostas.

8.12 – O Pregoeiro poderá negociar com a Licitante excluída da participação dos lances verbais, na forma do item 8.11, caso a Proponente vencedora seja inabilitada, observada a ordem de classificação.

8.13 - Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades cabíveis.

8.14 – Caso não se realize lances verbais, serão verificados a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, hipótese em que o Pregoeiro poderá negociar diretamente com a Proponente para que seja obtido melhor preço.

8.15 - Após este ato, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, exclusivamente pelo critério de menor preço por item.

8.16 – O Pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor apresentado pela primeira classificada, conforme definido neste Edital e seus Anexos, decidindo motivadamente a respeito.

8.17 - Sendo aceitável a oferta, será verificado o atendimento das condições habilitatórias pela Licitante que a tiver formulado.

8.18 - Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarada a Proponente vencedora sendo-lhe adjudicado o objeto deste Edital pelo Pregoeiro.

8.19 - Se a Proponente não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro negociará diretamente com a Licitante melhor classificada e, se a oferta for aceitável, examinará o seu envelope “Documentos de Habilitação”, sendo declarada vencedora e a ela será adjudicado o objeto deste Pregão.

8.20 – Na ocorrência do disposto no item 8.17, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com a Proponente para obtenção de melhor preço.

8.21 - Da reunião lavrar-se-á Ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá ser assinada pelo Pregoeiro, Licitantes Credenciados presentes e membros da Equipe de Apoio. Os envelopes das demais proponentes, caso não haja recurso, serão devolvidos no final da sessão.

8.22 – A Licitante vencedora, no tempo fixado pelo Pregoeiro, deverá apresentar nova Proposta contendo os preços unitários, obtidos através da negociação efetuada na fase de lances verbais.

**IX. DOS RECURSOS**

9.1 - Declarada a vencedora, qualquer Licitante, desde que motivadamente e ao final da sessão, poderá manifestar imediatamente a intenção de recorrer, que será registrada resumidamente em ata, quando lhe será concedido o prazo de 05 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar as contrarrazões, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos. A falta de manifestação importará a decadência do direito de recurso.

9.2 - O recurso contra a decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo, iniciando-se com a manifestação motivada do recorrente de sua intenção, devendo ocorrer imediatamente após a declaração do vencedor do certame, podendo ser formulado verbalmente na sessão ou por escrito, neste caso, deverá ser protocolizado e dirigido ao Senhor Prefeito Municipal, por intermédio do Pregoeiro, que prestará as informações no prazo de 02 (um) dia útil, cabendo ao Sr. Prefeito julgá-lo em igual prazo.

9.3 - O acolhimento do recurso pelo Pregoeiro ou pela Autoridade Superior, importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.4 - Acatado(s) o(s) recurso(s) pelo Pregoeiro ele procederá à adjudicação do objeto à Proponente vencedora.

9.5 - Decidido(s) o(s) recurso(s) e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto à Licitante vencedora.

9.6 - A decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento aos interessados, através de comunicação por escrito ou publicação por meios oficiais do municípios.

**X. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

10.1 - No julgamento das propostas considerar-se-á vencedora aquela que, tendo sido aceita, estiver de acordo com os termos deste Edital e seus Anexos, e ofertar o menor preço por lote.

10.2 – O resultado do julgamento das propostas será disponibilizado aos interessados na Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu de Goiás, na sala da Comissão Permanente de Licitações, Rua Tiradentes, n. 45, Centro, Nova Iguaçu de Goiás – Goiás, para intimação e conhecimento dos interessados.

**XI – DA ENTREGA E ACEITAÇÃO DOS PRODUTOS**

 11.1. Os produtos/serviços objetos desta licitação serão entregues de acordo com a necessidade da Administração Pública do Município de Nova Iguaçu de Goiás – Goiás.

 11.2. Na entrega dos serviços/produtos o Município de Nova Iguaçu de Goiás, autoriza desde já, a subcontratação de empresas constituídas sob o formato de Micro empreendedor individual MEI, condicionada a apresentação do DAS, com periodicidade a ser definida pelo Poder Público Municipal.

**XII. DO PAGAMENTO**

12.1. O MUNICÍPIO pagará a CONTRATADA após a prestação dos serviços na forma estabelecida no presente contrato, de acordo com as formas estabelecidas, mediante apresentação das faturas/notas fiscais, devidamente atestada(s) pelos setores competentes. Sendo o prazo para realizar o pagamento de 30/60 dias, podendo por entendimento de a Administração realizar o pagamento antes do prazo estipulado.

12.2. Os preços contratados poderão ser ajustados de acordo com as normas da legislação federal, para efeito de restabelecimento de equilíbrio econômico, tanto para mais com para menos.

12.3. A(s) nota(s) fiscal (ais), relativa (s) à(s) Ordem (ns) de Entrega, terá (ão) um prazo de até 05 (cinco) dias úteis para conferência e aprovação da(s) sua(s) protocolização (ões), sendo a mesma emitida no último dia útil de cada mês.

 12.4. Nenhum pagamento será efetuado à contratada antes de paga ou relevada eventual multa que lhe tenha sido aplicada.

XIII. DOS RECURSOS FINANCEIROS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 As despesas com a presente licitação terão seus custos cobertos com os recursos provenientes da Lei Orçamentária para o exercício 2021, e abertura de créditos para fins de receber importância oriunda de convênio com o Governo Federal.

**XIV. DAS OBRIGAÇÕES**

 14.1. A adjudicatária se obriga, nos termos deste Edital, a:

 a) Após a homologação da licitação, comparecer para assinatura do Contrato, no prazo de até 05 (cinco) dias, contados do recebimento da convocação formal, conforme o caso;

 b) Os licitantes se comprometem a entregar os bens, nos quantitativos e locais indicados pelo município de Nova Iguaçu de Goiás, nas quantidades solicitadas de acordo com a necessidade do município;

 c) O licitante vencedor fica obrigado a aceitar nas mesmas condições de fornecimento, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco) por cento do valor total da adjudicação;

 d) Se a licitante vencedora, injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da nota de empenho, a sessão será retomada e, os demais licitantes serão chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que o pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sujeitando-se o desistente às penalidades constantes neste edital;

 e) Ocorrendo a hipótese prevista na letra anterior, a sessão do Pregão será retomada.

 f) os veículos utilizados para a prestação do serviço de transporte escolar não poderão ter mais de 08 (oito) anos de fabricação, não podendo o ano de fabricação ser superior, conforme regulamentação do DETRAN E CONATRAN.

**XV. DO CONTRATO E DAS PENALIDADES**

 15.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. da Lei 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e no contrato e das demais cominações legais.

15.2. O atraso injustificado na entrega dos serviços sujeitará a adjudicatária à multa de mora, no valor de 0,2% (dois décimos por cento) ao dia sobre o valor da Nota de Empenho, até o limite de 10% (dez por cento) do valor do contrato, sem prejuízo das demais sanções. A multa será descontada dos pagamentos, ou ainda, se for o caso, cobrado judicialmente.

 15.3. A Administração poderá, garantida prévia defesa, aplicar à proponente vencedora as seguintes sanções:

a) Advertência pelo atraso injustificado na prestação dos serviços;

b) Multa na forma prevista no item 15.2;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimentos de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos, pela inexecução parcial da entrega;

d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública pelo tempo que perdurar os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação da contratada e após ressarcido os prejuízos resultantes, para a Administração pela inexecução total da entrega;

 e) A sanção prevista na alínea “d” é de competência exclusiva da Secretária Municipal de Administração, depois de facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista.

**XVI. DA HOMOLOGAÇÃO**

16.1. Após a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro e a vista do relatório de julgamento, o Prefeito de Nova Iguaçu de Goiás – Goiás efetivará juízo de conveniência acerca do procedimento licitatório, podendo homologar o certame, ou se for o caso, mediante decisão fundamentada poderá revogar a licitação;

16.2. A decisão da autoridade competente será afixada no placar da Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu de Goiás;

16.3. A recusa injustificada do adjudicatário em entregar o objeto no prazo estipulado pela Secretaria Municipal de Administração e Anexos, caracteriza descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades previstas em lei, exceção feita aos licitantes remanescentes que se negarem a aceitar a contratação.

XVII. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. É facultado ao Pregoeiro ou Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

17.2. Fica assegurado ao Prefeito, mediante justificativa motivada, o direito de, a qualquer tempo e no interesse da Administração, anular a presente licitação ou revogar no todo ou em parte.

17.3. Os Proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

17.4. Após a finalização da fase de lances, não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

17.5. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência no todo ou em parte do objeto ora licitado, sem expressa anuência do Município Contratante.

17.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Prefeitura de Nova Iguaçu de Goiás - Goiás.

17.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento da Licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta:

17.7.1. Exigências formais não essenciais são aquelas cujo descumprimento não acarrete irregularidade no procedimento, em termos de processualização, bem como, não importem em vantagem a um ou mais licitantes em detrimento dos demais.

17.8. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato ou instrumento equivalente.

17.9. A Administração poderá, até a assinatura do Contrato de Fornecimento, inabilitar licitante, por despacho fundamentado, sem direito a indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se vier a ter conhecimento de fato ou circunstância anterior ou posterior ao julgamento da licitação que desabone a habilitação jurídica, as qualificações técnica e econômico-financeira e a regularidade fiscal da Licitante. Neste caso, ao Pregoeiro convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, restabelecendo a sessão para negociar diretamente com a Proponente melhor classificada e posterior abertura do seu envelope “Documentos de Habilitação”, sendo declarada vencedora e a ela será adjudicado o objeto deste Pregão, podendo apresentar o(s) documento(s) que vencer (em) seu prazo de validade após o julgamento da licitação.

17.10. É de responsabilidade da Licitante o acompanhamento do processo na Comissão Permanente de Licitações desta Prefeitura no endereço anteriormente mencionado até a data da realização da sessão pública de abertura dos envelopes “Proposta de Preços” e “Documentos de Habilitação”.

17.11 – A ausência do representante da empresa em qualquer fase do Pregão implica aceitação dos fatos que ocorrerem durante sua ausência.

17.12 – Uma empresa não pode ser representada por mais de uma pessoa e uma pessoa não pode representar mais de uma empresa.

17.13. Não sendo levantadas dúvidas quanto a interpretação do Edital, presume-se que os elementos são suficientemente claros e precisos para permitir a elaboração das propostas, não cabendo aos proponentes direito a qualquer reclamação posterior. Informações serão prestadas aos interessados no horário das 08h00min às 11h00min e das 14h30min às 15h00min, na Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu de Goiás, na Secretaria Municipal de Administração, situada na Rua Tiradentes, n. 45, em Nova Iguaçu de Goiás, onde poderão ser obtidas cópias do edital e seus anexos.

17.14. Para dirimir as questões relativas ao presente Edital, elege-se como foro competente o de Campinorte, Estado de Goiás, com exclusão de qualquer outro.

 Nova Iguaçu de Goiás/GO, aos 26 dias do mês de abril de 2021.

ROMES RIBEIRO DE FREITAS

PREGOEIRO

Visado, e testado pela Assessoria Jurídica do Município de Nova Iguaçu de Goiás, de acordo e em conformidade, devendo ser publicado.

 Atestado.

 Fernando Almeida Sousa

 ADV/GO 22.710

**ANEXO I**

PREGAO PRESENCIAL Nº. 011/2021

# TERMO DE REFERÊNCIA – SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA – NOVA IGUAÇU DE GOIÁS/ GO

## Histórico

## Nova Iguaçu de Goiás surgiu com a chegada dos pioneiros Abdias Mendonça, Guilhermina Benedito de Farias e Albertina da Luz, em maio de 1964, quando eles vieram em busca de terras férteis.  A primeira missa do povoado foi celebrada pelo padre José Chaves, em um rancho de palha que também servia de escola.

## Formação Administrativa

## Elevado à categoria de município com a denominação de Nova Iguaçu de Goiás, pela Lei Estadual n.º 11.406, de 16-01-1991, desmembrado de Mara Rosa. Sede no atual distrito de Nova Iguaçu de Goiás (ex-povoado). Constituído do distrito sede. Instalado em 01-01-1993.  Em divisão territorial datada de 2003, o município é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2017.

## Características do Município

* Gentílico: Nova iguaçuense;
* População estimada 2018: 2.923 habitantes;
* Área da unidade territorial: 628,44 km²;
* Prefeito: José Ribeiro de Araujo.



 Figura 1 – Imagem aérea da cidade (Fonte: Google Earth)

## Malha viária

 A malha viária do município é distribuída conforme o quadro abaixo:

Quadro 1 – Malha viária da cidade

|  |
| --- |
| **Malha viária - Nova Iguaçu de Goiás / GO** |
| **Logradouro** | **Extensão (m)** |
| R. Santa Bárbara |  130,00  |
| R. José Pinto |  193,00  |
| R. Ana Neri |  304,00  |
| R. Visconde de Mauá |  512,00  |
| R. Duque de Caxias |  685,00  |
| R. Santos Drumond |  203,00  |
| R. Dona Leonora Fernandes |  556,00  |
| R. Gameleira |  561,00  |
| R. Tiradentes |  563,00  |
| R. Francisco Nunes de Souza |  557,00  |
| R. NS Aparecida |  350,00  |
| R. Hugo Valadão |  516,00  |
| R. Gustavo Barros Nogueira |  529,00  |
| R. das Mães |  373,00  |
| R. Pará |  97,00  |
| R. Lázaro Ribeiro |  242,00  |
| R. Monteiro Lobato |  827,00  |
| Av. Independência |  922,00  |
| R. Tancredo Neves |  701,00  |
| R. Contorno |  155,00  |
| R. Quinze de Novembro |  548,00  |
| R. Sete de Setembro |  461,00  |
| R. Primeiro de Janeiro |  350,00  |
| R. Frei Caneca |  52,00  |
| R. Goiás |  606,00  |
| R. Minas Gerais |  303,00  |
| R. 03 |  127,00  |
| R. 04 |  62,00  |
| R. 05 |  57,00  |
| Av. Bernardo Sayão |  1.130,00  |
| R. Barão do Rio Branco |  562,00  |
| R. 4 |  288,00  |
| R. Vinte e um de Abril |  117,00  |
| R. Cel Gaspar |  118,00  |
| R. Getúlio Vargas |  121,00  |
| R. Presidente Costa e Silva |  186,00  |
| R. Presidente Castelo Branco |  209,00  |
| R. Domingos de Araújo Barreto |  222,00  |
| R. Romana Dias Seixas |  235,00  |
| R. 01 |  400,00  |
| R. 05 |  94,00  |
| **Extensão Total dos Logradouros** |  **15.224,00**  |
| **Extensão Total de Sarjetas** |  **30.448,00**  |

## 1.0 Objeto da Contratação

 Contratação de empresa especializada que realizará os serviços de limpeza urbana, que são: Varrição manual de logradouros públicos, capina manual e mecanizada, pintura de meio-fio, capina e raspagem de vias, roçagem e poda de árvores, manutenção de parques e jardins, coleta de resíduos sólidos urbanos e coleta seletiva, limpeza de logradouros e vias públicas e outras instalações, terrenos ou edificações públicas.

## 1.1 Varrição manual de logradouros públicos

 Nos logradouros, a maior parte dos detritos é encontrada nas sarjetas (até cerca de 60 cm do meio-fio), devido ao deslocamento de ar causado pelos veículos, que "empurra" o lixo para o meio-fio. Não há sujeira nas pistas de rolamento, exceto se praticamente não houver tráfego de veículos.

 Além disso, as chuvas se encarregam de levar os detritos para junto do meio-fio, na direção dos ralos, devido à forma abaulada da seção transversal do leito das ruas. A sarjeta é, na realidade, uma "calha", projetada para conduzir as águas pluviais.

 A cidade será varrida em frequência alternada (dia sim, dia não), porém nos trechos onde há maior circulação de pessoas, a frequência será diária.

 Sabendo que a extensão diária de varrição é de cerca de 15.000,00m, que a produtividade de cada trabalhador é de 3.000 m/dia e que a quantidade de dias trabalhados será 20 (os trabalhos serão realizados de segunda à sexta), tem-se:

$$N=\frac{L}{20\*r}$$

Onde:

N – Número de trabalhadores;

L – Extensão a ser varrida;

r – Produtividade por trabalhador.

**N = 16 trabalhadores**

**Este serviço deve ser realizado todos os dias de acordo com a programação que a contratada fizer. O serviço de varrição deverá ser composto por 16 (dez) garis, que formarão 8 (oito) equipes, cada uma composta por 1 (um) gari varredor e 1 (um) gari carrinheiro, devidamente uniformizados e equipados com as ferramentas necessárias à execução dos serviços.**

## 1.2 Capina e raspagem de vias

 Quando não é efetuada varrição regular, ou quando chuvas carreiam detritos para logradouros, as sarjetas acumulam terra, onde em geral crescem mato e ervas daninhas. Torna-se necessário, então, serviços de capina do mato e de raspagem da terra das sarjetas, para restabelecer as condições de drenagem e evitar o mau aspecto das vias públicas.

 Esses serviços são executados em geral com enxadas bem afiadas, sendo os resíduos removidos com pás quadradas ou forcados de quatro dentes. Quando a terra se encontra muito compactada é comum o uso da enxada ou chibanca para raspá-la. Para a lama, utiliza-se a raspadeira.

 Podem ser utilizados ancinhos para o acabamento da capina. O acabamento da limpeza é feito com vassouras. Juntamente com a capina e a raspagem, é importante efetuar a limpeza dos ralos, que em geral se encontram obstruídos quando as sarjetas estão cobertas com terra e mato.

 Os resíduos provenientes da capina e raspagem devem ser ensacados para serem recolhidos pelos coletores e encaminhados ao aterro sanitário.

 Sabendo que a área mensal de capinação é estimada em, 6.100 m², que a produtividade de cada trabalhador é de 150 m²/dia e que a quantidade de dias trabalhados será 20 (os trabalhos serão realizados de segunda à sexta), tem-se:

$$N=\frac{A}{20\*r}$$

Onde:

N – Número de trabalhadores;

A – Área a ser capinada;

r – Produtividade por trabalhador.

**N = 3 trabalhadores**

**Este serviço deve ter periodicidade de três meses. A equipe de capina e raspagem deverá ser composta por 3 (três) auxiliares de serviços gerais, devidamente uniformizados e equipados com as ferramentas necessárias à execução dos serviços.**

## 1.3 Roçagem e Poda de árvores

 O serviço de roçagem é realizado em razão da limpeza de locais onde o mato ou o capim estão altos. A poda de árvores é feita quando seus galhos estão se aproximando da rede elétrica ou obstruindo a passagem de veículos e pedestres. Será realizado este trabalho em parques e jardins, avenidas que possuem canteiro central e em qualquer outro lugar em que a contratante aponte necessidade.

 A roçagem pode ser feita com ferramentas manuais, como foices e alfanjes, ou pode ser mecânica, com ceifadeiras costais e ceifadeiras acopladas à tratores. Devido à versatilidade, os serviços devem ser executados com ceifadeiras costais. A poda de árvores será executada com motosserra movido à gasolina.

 Em locais em que há circulação de pessoas e veículos, deve haver dois auxiliares segurando uma tela de proteção para que detritos não os atinjam. Do mesmo modo, no momento da execução da poda, o local deve ser isolado para que não ocorram acidentes. Todo o resíduo gerado deve ser juntado com a ajuda de rastelos e vassouras, ensacado e disposto para a coleta. Nos casos em que a poda resultar no corte de galhos grandes e produzir muito resíduo, deve haver à disposição um caminhão caçamba para encaminha-los à destinação final.

 Sabendo que a área mensal de roçagem é estimada em, 6.000 m², que a produtividade de cada operador de ceifadeira costal é de 800 m²/dia e que a quantidade de dias trabalhados será 20 (os trabalhos serão realizados de segunda à sexta), tem-se

:

$$N=\frac{A}{20\*r}$$

Onde:

N – Número de trabalhadores;

A – Área a ser roçada;

r – Produtividade por trabalhador.

**N = 1 operador de ceifadeira costal e motosserra**

**Este serviço deve ter periodicidade de três meses. A equipe de roçagem deverá ser composta por 3 (três) auxiliares de serviços gerais e 1 (um) operador de ceifadeira costal e motosserra, devidamente uniformizados e equipados com as ferramentas necessárias à execução dos serviços.**

## 1.4 Pintura de meios-fios

 Embora esse serviço não se insira no rol de atividades elencadas pela Lei de Saneamento Básico, sua inclusão tem sido admitida quando da licitação da limpeza urbana, visto ser frequente o compartilhamento da mão de obra entre alguns serviços, a exemplo da raspagem de sarjetas.

 A pintura de meio-fio é um serviço posterior ao serviço de limpeza urbana e é feita após a varrição e limpeza geral para dar um melhor acabamento ao serviço de limpeza pública, bem como preservar a sinalização de segurança para veículos e pedestres.

 A pintura de meio-fio será realizada em toda a cidade com frequência de 3 vezes por ano, dentro de uma programação pré-determinada.

 Sabendo que a extensão mensal de sarjetas a serem pintadas é estimada em, 7.612,00 m, que a produtividade média de cada trabalhador é de 200 m/dia e que a quantidade de dias trabalhados será 20 (os trabalhos serão realizados de segunda à sexta), tem-se:

$$N=\frac{L}{20\*r}$$

Onde:

N – Número de trabalhadores;

L – Extensão a ser pintada;

r – Produtividade por trabalhador.

**N = 3 auxiliares de serviços gerais**

**Este serviço deve ser realizado 3 vezes ao ano, ou seja, a cada 4 meses. A equipe de pintura deverá ser composta por 3 (três) auxiliares de serviços gerais, devidamente uniformizados e equipados com as ferramentas necessárias à execução dos serviços.**

## 1.5 Coleta de RSD

 **Este serviço deve ser realizado todos os dias de acordo com a programação que a contratada fizer. O serviço de coleta será composto por 4 (quatro) coletores, devidamente uniformizados e equipados com as ferramentas necessárias à execução dos serviços.**

## 2.0 Pessoal

2.1 Todo pessoal necessário para a execução do objeto do presente termo será de responsabilidade da contratada, bem com todos os encargos trabalhistas, tributários e sociais. Todas as normas de direito trabalhistas e da segurança do trabalho deverão ser seguidas pela empresa vencedora.

2.2 Os trabalhadores deverão ser assistidos com EPI e uniformes, de acordo com a função exercida.

2.3 Só deverão ser admitidos candidatos que se apresentem munidos de seus documentos em ordem. Somente deverão ser mantidos em serviço os empregados cuidadosos, atenciosos e educados para com o público.

2.4 A Fiscalização terá direito de exigir dispensa, a qual deverá realizar em 48 (quarenta e oito) horas, de todo empregado cuja conduta seja prejudicial ao bom andamento do serviço.

2.5 Será terminantemente proibido aos empregados fazer catação ou triagem de resíduos, ingerirem bebidas alcoólicas em serviço e pedirem gratificações ou donativos de qualquer espécie.

2.6 Caberá à CONTRATADA apresentar nos locais determinados e no horário de trabalho, os operários devidamente equipados e uniformizados.

2.7 A CONTRATADA deverá providenciar um encarregado para gerenciar e organizar os serviços descritos neste termo de referência.

## 3.0 Instalações

3.1 A Contratada deverá dispor de edificações e instalações fixas, formadas, escritório administrativo, oficina, almoxarifado e instalações complementares providas inclusive de ferramentas, de forma a poder garantir, a regularidade, a manutenção dos veículos e equipamentos.

3.2 Deverá dispor de garagem ou pátio de estacionamento, não sendo permitida a permanência de veículos e equipamentos em via pública, quando não estiverem em serviço.

3.3 A Contratada deverá manter estas edificações e instalações, correndo por sua conta todas as despesas necessárias para tanto.

## 4.0 Disposições gerais

4.1 A área de operação limita-se ao perímetro urbano.

4.2 O plano de trabalho poderá ser alterado pela contratada mediante autorização da contratante, visando melhorias na execução dos serviços, adotando novas técnicas, obedecendo à legislação vigente.

4.3 Deve haver pelo menos 1 (um) profissional de nível superior, engenheiro civil, sanitarista ou ambiental, detentor de acervo técnico compatível com os serviços de maior relevância a serem executados, o qual deverá ser o responsável técnico pelo acompanhamento dos serviços, devendo ele registrar uma Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) perante ao CREA logo que se derem início aos trabalhos.

4.4 A contratada deverá providenciar veículos operacionais e administrativos com capacidade de atender todas as atividades de limpeza previstas neste Edital, que devem ser mantidos em perfeito estado de conservação.

4.5 É absolutamente vedada, por parte do pessoal da Contratada, a execução de serviços que não sejam objeto do presente Edital.

 ANEXO II

CARTA DE CREDENCIAMENTO

À

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu de Goiás - GO.

PREGÃO Nº 011/2021

Assunto: Credenciamento

Na qualidade de responsável legal pela empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ credenciamos o Sr.\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, portador da carteira de identidade nº\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e do CPF(MF) nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, para nos representar na licitação em referência, com poderes para formular ofertas, lances de preço, recorrer, renunciar a recurso e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da representada.

Nova Iguaçu de Goiás, \_\_\_\_\_\_\_ de maio de 2021.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Carimbo, nome e assinatura do responsável legal

ANEXO III

Carta de Apresentação da Documentação de Habilitação

Local e Data:

À

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu de Goiás – GO.

Assunto: Edital - PREGÃO nº. 011/2021

A/C: Comissão Permanente de Licitação

Após o exame dos termos e condições do Instrumento Convocatório da Licitação modalidade PREGÃO nº. 011/2021, bem como de seus Anexos, partes integrantes e complementares do mesmo, propomos a prestação dos serviços, objeto da referida licitação, sob nossa exclusiva responsabilidade.

Para tal fim, apresentamos os documentos de Habilitação como exigidos no referido Edital.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome e assinatura da(s) proponente(s).

ANEXO IV

DECLARAÇÃO

 A empresa\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ (M.F.) sob o nº\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ sediada à Rua/Avenida\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_nº\_\_\_\_\_, Setor/Bairro\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_Estado de\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ DECLARA, sob as penas cabíveis que possui todos os requisitos exigidos no Edital de Pregão nº. 011/2021, com o objetivo de atingir a melhor proposta, para a habilitação, quanto às condições de qualificação jurídica, técnica, econômico-financeira e regularidade fiscal, DECLARANDO ainda, estar ciente que a falta de atendimento a qualquer exigência para habilitação constante do Edital, ensejará aplicação de penalidade a Declarante.

Nova Iguaçu de Goiás, \_\_\_\_\_ maio de 2021.

Nome da Empresa do Representante Legal e Assinatura

ANEXO V

DECLARAÇÃO

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(RAZÃO SOCIAL DE EMPRESA)

Inscrito no CNPJ n°. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, portador da carteira de identidade n°. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, CPF n°. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Declara que:

1. Inexistem fatos impeditivos para sua habilitação, no presente Processo Licitatório, bem como ter ciência da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, e
2. Para fins do disposto no inciso V do art. 27 da lei n° 8.666/93, de 21 de junho de 1993 acrescido pela lei n°. 9.854, de 27 de outubro de 1999, não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

Nova Iguaçu de Goiás, \_\_\_\_\_\_\_\_ de maio de 2021.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(Representante legal e carimbo)

(Observação: em caso de afirmativo, assinar a ressalva acima)

ANEXO VI

EDITAL 011/2021 – PREGÃO

**MINUTA DE CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº\_\_\_\_\_/2021.**

**“Que entre si celebram o Município de Nova Iguaçu de Goiás - GO, \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_”.**

**I – PREÂMBULO**

 1.1 – **O MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU DE GOIÁS,** Estado de Goiás, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa a Rua Tiradentes n. 45, Centro, com inscrição no CGC/MF sob o nº 33.331.661.0002/59, representada neste ato pelo seu PREFEITO MUNICIPAL**, senhor** JOSE RIBEIRO DE ARAUJO, portador da RG N. 1863407 SSP-GO e CPF: 359.945.761-15), doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE;**

 1.2 – A empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, estabelecida à\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_neste ato representada por \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, portador(a) da CI RG nº. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, e CPF nº. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, residente e domiciliado na \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ na cidade de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, doravante denominada **CONTRATADA**.

**II – DA FUNIDADEAMENTAÇÃO LEGAL**

O presente contrato é originário da licitação modalidade PREGÃO, edital nº. 011/2021 e tem sua fundamentação na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993, e suas alterações.

**III – DO LOCAL E DATA**

Lavrado e assinado aos\_\_\_\_\_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ do ano de dois mil e dezoito, na sede da PREFEITURA DE NOVA IGUAÇU DE GOIÁS – Goiás.

**IV – DO OBJETO**

Constitui-se objeto deste instrumento a contratação para o fornecimento de máquinas pesadas conforme especificação anexa, pela **CONTRATADA** à **CONTRATANTE;** em especificidade e quantidade constantes no anexo I do edital a que se refere o item II; e devidamente homologados no processo a que se refere o pregão presencial edital nº. 011/2021.

Parágrafo Único – A entrega dos itens licitados pertinentes a este processo licitatório ora fica subordinado às condições normais de suprimento do mercado, obedecendo às normas deste instrumento, do Edital, tendo por referência as normas do governo Federal.

**V – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

5.1 - A **CONTRATADA** mediante solicitação escrita do **CONTRATANTE**, assinada por preposto devidamente credenciado, obriga-se a entrega dos bens, a suas expensas na cidade de Nova Iguaçu de Goiás – GO.

 5.2 – Nenhum item pertinente a este processo licitatório será entregue sem autorização do CONTRATANTE, responsabilizando-se a CONTRATADA pela entrega irregular.

 5.3 – A CONTRATADA é obrigada a atender à solicitação do CONTRATANTE, até 24 horas após a solicitação, nas quantidades solicitadas, ficando sujeita as penalidades e multas na cláusula oitava, caso não atenda.

 5.5 – A CONTRATADA não poderá transferir a responsabilidade do fornecimento nem protelar suas entregas.

 **VI – DO PREÇO e DO REAJUSTE**

O Preço será verificado pelo menor lance apresentado, em consonância com os regramentos existentes e predispostos no edital.

**SUB-CLÁUSULA** – Os preços serão reajustados semestralmente, a requerimento da **CONTRATADA**, devidamente fundamentado, após despacho do **CONTRATANTE**, tudo devidamente fundamentado e de acordo com as normas legais e índices vigentes à época em que os reajustes forem autorizados pelos os órgãos competentes.

**VII – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

7.1.1 – **O CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA** após a entrega dos produtos na forma estabelecida no presente contrato, de acordo com as quantidades efetivamente entregues, mediante apresentação das faturas/notas fiscais, devidamente atestada(s) pelos setores competentes. Sendo o prazo para realizar o pagamento de 30/60 dias, podendo por entendimento da Administração realizar o pagamento antes do prazo estipulado.

 7.1.2 – O pagamento será efetuado pela secretaria municipal e Administração e Finanças, do **CONTRATANTE** mediante os documentos, que façam prova da efetiva prestação do serviço.

**VIII – DO PRAZO DE FORNECIMENTO**

Os itens pertinentes a este processo licitatório constantes do objeto deste instrumento de contrato serão fornecidos num prazo de 60 (sessenta) dias.

**IX – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

Os objetos deste Instrumento terão seus custos cobertos com os recursos das seguintes dotações orçamentárias:

Dotação orçamentária especifica \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**X – CLAUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES PENALIDADES E MULTAS**

10.1 – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

 10.1.1 – Indicar o(s) prepostos que assinarão as requisições e recibos de entrega;

10.1.2 – Efetuar através do órgão próprio o controle diário dos itens a serem entregues.

 10.1.3 – Efetuar os pagamentos na forma e condições contratadas.

10.2 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.2.1 – Realizar o fornecimento dos itens deste processo licitatório na forma proposta e aqui contratada, observando fielmente os quantitativos das requisições.

 10.2.2 – Apresentar as faturas preenchidas de forma correta e em valores correspondentes aos anotados nas requisições, em tempo de serem processadas;

 10.2.3 – Atender de imediato as requisições e em nenhuma hipótese atrasar o atendimento.

10.3 DAS PENALIDADES E MULTAS

10.3.1 – O atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a adjudicatária à multa de mora, no valor de 0,2% (dois décimos por cento) ao dia sobre o valor da Nota de Empenho, até o limite de 10% (dez por cento) do valor do contrato, sem prejuízo das demais sanções. A multa será descontada dos pagamentos, ou ainda, se for o caso, cobrado.

10.3.2 – A aplicação das multas, independerá de qualquer interpretação Administrativa, notificação ou protesto judicial sendo exigível desde a data do ato, fato ou omissão que lhe tiver dada causa;

 10.3.3 – A importância relativa à multa será descontada dos recebimentos a que a firma tiver direito competindo-lhe, no caso de insuficiência ou inexistência de crédito, pagá-las na tesouraria da Prefeitura, no prazo de 05 (cinco) dias contados da data do recebimento da notificação.

 10.3.4 – As multas e demais penalidades aqui prescritas serão aplicadas sem prejuízos das ações cíveis ou penais cabíveis ou de processo administrativo;

 10.3.5 – Da pena de multa caberá recurso interposto junto ao CONTRATANTE, obedecendo ao prazo da notificação, o qual deverá ser entregue na Secretaria de Administração e Planejamento.

10.3.6 – A reincidência da CONTRATADA na prática de atos sujeitos à multa dará motivo à declaração de inidoneidade e impedimento de licitar a CONTRATANTE pelo período de 02 (dois) anos;

**XI – DA RESCISÃO**

 11.1 – O CONTRATANTE poderá declarar rescindido o presente contrato, por motivo de:

 11.1.1 – A CONTRATADA não cumprir as disposições contratuais;

 11.1.2 – Atraso superior a 05 (três) dias na prestação dos serviços;

 11.1.3 – Prestação dos serviços sem requisição do CONTRATANTE, com o respectivo visto da autoridade competente para autorização da CONTRATADA;

 11.1.4 – Dissolução da sociedade ou falecimento dos proprietários ou responsáveis;

 11.1.5 – Decretação de falência da Empresa ou a instauração de insolvência civil dos proprietários;

11.1.6– Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, justificados e homologados pela Prefeitura Municipal;

 11.2 – A CONTRATADA poderá declarar rescindido o presente contrato por motivo de:

 11.2.1 – Atraso no pagamento das faturas;

 11.2.2 – A rescisão poderá ser feita por acordo entre as partes, ou judiciais nos termos da legislação.

**XII – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

12.1 – O presente contrato poderá ser alterado unilateralmente pelo CONTRATANTE, ou por acordo, na forma da Lei;

12.1.2 – As alterações serão processadas através de Termo Aditivo, nos limites permitidos em Lei.

**XIII – DA FISCALIZAÇÃO**

A fiscalização do fornecimento ficará a cargo das respectivas Secretarias, que manterá controle do fornecimento.

**XIV – DA INADIMPLÊNCIA**

Aplicam-se no caso de inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos sociais, fiscais e comerciais o disposto no artigo 71, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1.993, e suas alterações.

**XV – DA VIGÊNCIA**

O presente instrumento de contrato terá vigência de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ a \_\_\_\_\_\_\_\_, podendo ser prorrogado por igual período nos termos do artigo 57 e seus incisos da Lei 8.666/93.

**XVI – CLAUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de Campinorte, Estado de Goiás, com renúncia de qualquer outra, por mais privilegiada que seja para dirimir as causas resultantes deste instrumento.

As partes declaram estar de pleno acordo com as condições do contrato, firmando-o em 05 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas que abaixo identificam-se e assinam.

Nova Iguaçu de Goiás/GO, \_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2021.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ **\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

 CONTRATANTE CONTRATADO

**T E S T E M U N H A S**

**NOME: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_CPF: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**NOME: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**